

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007531-86.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Dissolução**
 Requerente: **Eli Jorge Hildebrand**
 Requerido: **Hildebrand & Cia Ltda e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS.**

ELI JORGE HILDEBRAND ajuizou a presente ação em face de **HILDEBRAND & CIA LIMITADA, SONIA HELENA HILDEBRAND CARDINALI e HÉLIO RODOLFO HILDEBRAND**, buscando a dissolução parcial da sociedade **HILDEBRAND & CIA LIMITADA**.

Devidamente citados, os requeridos apresentaram contestação alegando preliminar de falta de interesse de agir. No mérito, argumentaram que diante da propositura dessa ação não pretendem mais manter ativa a empresa **HILDEBRAND**.

Designada audiência de conciliação, as partes concordaram com a dissolução total da sociedade (cf. fls. 83).

Eis o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a lide, considerando o que as partes já deliberaram em audiência.

1007531-86.2014.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Vemos a fls. 83 que as partes desejam, na verdade, a dissolução total da sociedade, sendo assim desnecessária a produção de prova pericial nesta fase de conhecimento em que o Juízo deve perquirir apenas a ausência da *affecio societatis*; como os sócios revelam tal circunstância, nada mais nos resta a deliberar a respeito.

O procedimento para a dissolução de sociedade está disciplinado nos artigos 655 a 674 do Decreto-Lei nº1608, de 18 de setembro de 1939; mantidos em vigor por determinação expressa do artigo 1.218, inciso VII, do Código de Processo Civil, conforme a seguir:

Art. 1.218. Continuam em vigor até serem incorporados nas leis especiais os procedimentos regulados pelo Decreto-lei 1.608 de 18 de setembro de 1939, concernentes:

VII – à dissolução e liquidação das sociedades (art. 655 a 674).

O art. 655, do Decreto-lei 1.608/39 diz que a dissolução de sociedade civil, ou mercantil, nos casos previstos em lei ou no contrato social, poderá ser declarada, a requerimento de qualquer interessado, para o fim de ser promovida a liquidação judicial.

Declarada a dissolução, na mesma sentença, será nomeado liquidante. Este, *oportuno tempore*, deverá levantar o inventário dos bens e fazer o balanço da sociedade, e posteriormente os interessados serão ouvidos. Nesta oportunidade, caberá ao juiz decidir sobre as reclamações.

Vê-se, portanto, que a apuração de haveres decorre da dissolução da sociedade e deve ser realizada na fase de liquidação de sentença.

Por outro lado, a perda da *affectio societatis* não é aquilatada por prova pericial, ao passo que a liquidação judicial tem sua disciplina ditada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pela processual civil, nos termos dos artigos 657 a 674, do CPC de 1939.

Se a perda da *affectio societatis* é incontroversa, não tem utilidade a realização de prova pericial para verificação de excessos ou desídias praticadas pelos sócios, porquanto se trata apenas de pleito de dissolução de sociedade com apuração de haveres.

Nesse sentido: Apelação 1052768-86.2014.8.26.0100, da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do TJSP, j. em 16/03/15, Rel. Ramon Mateo Junior, cuja ementa é a seguinte:

AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE POR RETIRADA DE SÓCIO E APURAÇÃO DE HAVERES – Concordância dos réus à dissolução da empresa – Questionamento acerca da motivação do afastamento do autor – Desnecessidade – Evidenciada a ruptura da *affectio societatis* – Valores eventualmente cabentes ao autor a ser verificados no âmbito de liquidação de sentença, cuja data-base para a apuração dos haveres corresponde à data do ajuizamento desta ação (...)

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **HOMOLOGO** o acordo a que chegaram as partes a fls. 83 e em consequência **DECRETO A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE HILDEBRAND & CIA LTDA.**

Ante a irresignação em relação ao depósito dos honorários do perito para apuração dos haveres, após o trânsito em julgado tornem conclusos para deliberação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

P. R. I.

São Carlos, 17 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**